

STJ00108556

CURSO  
**CRÍTICO**  
**DE DIREITO**  
**INTERNACIONAL**  
**PÚBLICO**

**MARCELO RIBEIRO UCHÔA**

EDITORA LUMEN JURIS  
RIO DE JANEIRO  
2019

Copyright © 2019 by Marcelo Ribeiro Uchôa

Categoria: Direito Internacional Público

PRODUÇÃO EDITORIAL  
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Rosane Abel

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.  
não se responsabiliza pelas opiniões  
emitidas nesta obra por seu Autor.  
É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer  
meio ou processo, inclusive quanto às características  
gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais  
constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895,  
de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e  
indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).  
Todos os direitos desta edição reservados à  
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil  
*Printed in Brazil*

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

---

UC17c

Uchôa, Marcelo Ribeiro  
Curso crítico de direito internacional público / Marcelo Ribeiro Uchôa.  
– Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2019.  
868 p. ; 23 cm.

Bibliografia : p. 673-829.

ISBN 978-85-519-1417-5

1. Direito internacional público. 2. Direito - Estudo e ensino - Brasil.  
3. Organização internacional. I. Título.

CDD 341

Ficha catalográfica elaborada por Ellen Tuzi CRB-7: 6927

# Sumário

<b>Nota do autor à 1ª edição</b> .....	1
<b>1. Introdução ao Direito internacional público</b> .....	5
1.1. Evolução no tempo.....	5
1.1.1. Da Antiguidade remota ao período medieval .....	5
1.1.2. Transição entre Idade Média e Idade Moderna: Apogeu e declínio da Igreja, formação dos Estados, Novo Mundo, mercantilismo e guerras religiosas.....	10
1.1.3. Contemporaneidade: Revoluções burguesas, apogeu e declínio napoleônico, a ordem no século XIX .....	25
1.1.4. Século XX e atualidade .....	36
1.2. Direito Internacional Público .....	45
1.2.1. Direito interno e Direito Internacional (dualismo versus monismo) .....	45
1.2.2. Direito Internacional Público e Direito Internacional Privado.....	54
1.2.3. Importância do Direito Internacional (defesa estatal versus proteção da pessoa) .....	57
<b>2. Dogmática do Direito Internacional Público</b> .....	61
2.1. Denominações, conceito e características .....	61
2.2. Relação do direito internacional com outras disciplinas .....	63
2.3. Fundamentos e fontes do direito internacional .....	63
2.3.1. Fontes primárias ou principais.....	66
I. Costumes internacionais .....	67
II. Princípios gerais de Direito Internacional.....	68
2.3.2. Fontes secundárias ou assessórias (meios auxiliares).....	70
I: Decisões judiciais.....	70
II. Doutrina .....	71
2.3.3. Outras fontes não consignadas no art. 38 do Estatuto da CIJ.....	72
<b>3. Tratados internacionais</b> .....	79
3.1. Aspectos gerais.....	79
3.1.1. Conceito e fundamento.....	79
3.1.2. Classificação.....	86

I. Quanto ao número de partes pactuantes.....	86
II. Quanto à possibilidade de adesão .....	86
III. Quanto ao procedimento adotado na conclusão .....	87
IV. Quanto à natureza das normas .....	87
V. Quanto à execução no tempo .....	88
3.1.3. Plenipotenciários.....	89
3.1.4. Condições de validade .....	92
I. Capacidade das partes .....	92
II. Habilitação dos agentes signatários .....	95
III. Consentimento mútuo .....	95
IV. Objeto lícito e possível .....	96
3.1.5. Forma.....	96
I. Exemplo de tratado internacional bilateral .....	98
3.1.6. Efeitos contra terceiros.....	134
3.1.7. Causas de nulidade, suspensão da execução e extinção.....	137
I. Causas de nulidade .....	137
II. Suspensão da execução .....	138
III. Extinção dos tratados internacionais.....	139
3.2. Conclusão dos tratados internacionais .....	141
3.2.1. Fases de elaboração/celebração .....	141
i. Adoção.....	143
ii. Autenticação.....	147
iii. Assinatura.....	148
iv. Ratificação.....	152
v. Finalização.....	158
3.2.2. Sistemas internacionais de consentimento de ratificação .....	162
I. Competência exclusiva do Poder Executivo .....	162
II. Competência preponderante do Poder Legislativo .....	163
III. Competência Mista (duplo consentimento).....	165
3.2.3. O treaty-making power no direito brasileiro .....	166
I. Da Presidência da República ao Congresso Nacional .....	167
II. Na Câmara dos Deputados.....	167
III. Da Câmara dos Deputados ao Senado Federal.....	168
IV. O retorno à Presidência da República e a materialização da ratificação.....	171
3.2.4. A eficácia dos tratados internacionais no direito brasileiro.....	173

3.3. Interpretação dos tratados .....	175
3.3.1. Interpretação autêntica .....	175
3.3.2. A interpretação jurisdicional .....	175
3.3.3. Interpretação judiciária.....	175
<b>4. Sociedade internacional</b> .....	179
4.1 Aspectos gerais .....	179
4.1.1. Estrutura da sociedade internacional.....	179
4.2. Pessoas internacionais com capacidade jurídica internacional limitada .....	183
4.2.1. Povos .....	183
4.2.2. Beligerantes e movimentos nacionais.....	187
I. Guerra irregular: justiça ou terrorismo?.....	188
4.2.3. Entidades vinculadas a organizações religiosas .....	191
I. Santa Sé versus Estado da Cidade do Vaticano.....	191
II. Ordem Soberana e Militar de Malta .....	193
4.2.4. Indivíduo (pessoa humana) .....	195
4.2.5. ONG's internacionais, empresas transnacionais, entidades internacionais de representação de trabalhadores e empregadores.....	200
<b>5. O Estado</b> .....	203
5.1. Conceito e elementos constitutivos.....	204
I. População.....	207
II. Território .....	208
III. Governo .....	209
IV. Finalidade.....	209
V. Soberania.....	210
5.2 Estados com soberania reduzida .....	213
I. Estados protegidos .....	214
II. Estados vassalos.....	214
III. Estados ocupados e os Estados divididos.....	214
IV. Estados neutralizados .....	215
V. Estados confederados.....	215
VI. Estados exíguos.....	215
5.3 Entidades afins estatais.....	215
I. Entidade pré-estatal.....	216
II. Entidades pró-estatais .....	229

III. Entidades infraestatais .....	229
IV. Entidades supraestatais .....	230
5.4. A existência do Estado .....	231
5.4.1. Formação estatal .....	231
I. Fundação direta .....	232
II. Emancipação .....	232
III. Separação ou desmembramento.....	232
IV. Fusão .....	232
5.4.2. Reconhecimento de Estado e reconhecimento de governo.....	233
I. Reconhecimento de Estado .....	233
II. Formas de reconhecimento de Estado.....	237
II. Reconhecimento de governo.....	239
III. Formas de reconhecimento de governo .....	239
IV. Doutrina Tobar e doutrina Estrada (ou mexicana) .....	240
5.4.3 Extinção e sucessão de Estados.....	246
I. Extinção.....	246
II. Sucessão.....	247
5.5 Direitos, deveres e responsabilidades .....	249
5.5.1 Direitos fundamentais estatais.....	249
5.5.2. Restrições aos direitos fundamentais estatais.....	253
5.5.3. Deveres dos Estados.....	255
5.5.4. Responsabilidades estatais .....	256
5.5.5. Endosso .....	257
5.5.6. Princípios internacionais do Estado brasileiro.....	260
5.5.7. CIA e golpes militares na América Latina e Caribe.....	261
5.5.8. A ditadura civil-militar brasileira .....	282
5.3.9. Golpes institucionais recentes.....	300
5.4. Nacionalidade .....	335
5.4.1. Apatridia .....	337
5.4.2. Polipatria.....	340
5.4.3. A nacionalidade no Brasil.....	341
5.5. Migração.....	349
5.5.1. Declaração de Nova York sobre Refugiados e Migrantes de 2016 e Pacto Global de Migração de Marrakesh de 2018.....	350
5.5.2. A Situação jurídica do visitante estrangeiro e do migrante no Brasil .....	356
5.5.3. Medidas compulsórias de retirada de estrangeiro do Brasil.....	375

5.5.4. Medidas de colaboração internacional: extradição .....	378
5.5.5. Asilo político e refúgio.....	386
I. Refugiados versus deslocados ambientais .....	389
II. Asilo versus exílio.....	394
5.5.6. Abdução internacional .....	394
5.5.7. Banimento .....	396
5.5.8. Emigrante .....	396
5.6. Domínios territoriais .....	398
5.6.1. Domínio terrestre .....	398
5.6.2. Domínio fluvial.....	398
5.6.3. Domínio lacustre.....	399
5.6.4. Domínio aéreo.....	399
5.6.5. Domínio marítimo .....	405
i. Mar territorial .....	410
ii. Zona contígua.....	412
iii. Zona econômica exclusiva .....	412
5.6.6. Plataforma continental.....	414
5.6.7. Estreitos e canais.....	416
5.6.8. Domínio público internacional .....	417
I. Alto mar, fundos marinhos, Antártida e Polo Norte .....	417
II. Espaço extra-atmosférico .....	420
5.7. Relações exteriores .....	423
i. Questão de Palmas ou das Missões.....	428
ii. Questão do Amapá.....	429
iii. Questão do Acre .....	429
iv. Questão da Guiana Inglesa ou do Pirara.....	430
5.7.1. Relações diplomáticas .....	435
5.7.2. Relações consulares.....	437
5.7.3. A carreira diplomática no Brasil.....	442
5.7.4. Privilégios e imunidades.....	446
I. Endosso e proteção funcional .....	454
II. Imunidades de Chefes de Estado .....	455
III. Imunidades de Estados estrangeiros.....	457
5.7.5. Texto para análise: O protagonismo do Brasil no exterior nos anos Lula e Dilma e o retrocesso em vista .....	460

I. O protagonismo do Brasil no exterior nos anos Lula e Dilma e o retrocesso em vista.....	462
II. Ainda sobre o texto: breves considerações .....	483
<b>6 Organizações internacionais .....</b>	<b>487</b>
6.1. Contextualização histórica .....	487
6.2. Conceito e características.....	491
6.3. Classificação segundo as dimensões .....	493
I. Quanto à finalidade.....	493
II. Quanto ao âmbito territorial.....	493
III. Quanto à natureza dos poderes exercidos ou quanto à estrutura jurídica .....	494
IV. Quanto aos poderes recebidos.....	494
V. Quanto à autonomia .....	494
6.4. Organização das Nações Unidas (ONU) .....	495
6.4.1. Estrutura interna (principais órgãos) .....	502
I. Assembleia Geral.....	502
II. Conselho de Segurança.....	506
III. Conselho Econômico e Social .....	516
IV. Conselho de Tutela .....	517
V. Corte Internacional de Justiça .....	520
VI. Secretariado.....	526
6.4.2. Agências especializadas .....	528
6.5 Organizações regionais.....	536
6.5.1. Organização dos Estados Americanos (OEA).....	538
6.5.2. Eixos fundantes e estrutura interna (principais órgãos) .....	542
I. Assembleia Geral.....	547
II. Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores.....	548
III. Conselho Permanente da Organização.....	549
IV. Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral .....	550
V. Comissão Jurídica Interamericana.....	552
VI. Comissão Interamericana de Direitos Humanos .....	553
VII. Secretaria-Geral .....	554
VIII. Conferências Especializadas .....	555
6.5.3. Organismos especializados do sistema interamericano .....	556
6.5.4. Conselho da Europa (CoE).....	557



<b>7 Direito internacional de integração e Direito comunitário.....</b>	<b>559</b>
7.1. Direito de integração versus Direito comunitário .....	559
7.2. Fases de integração .....	562
7.3 União Europeia.....	564
7.3.1. Estrutura interna da União Europeia (principais órgãos) .....	567
7.3.2. Adesão e retirada da União Europeia .....	569
7.3.3. União Europeia versus Conselho da Europa.....	572
7.4 Mercosul .....	572
7.4.1. Principais tratados do Mercosul.....	575
7.4.2. Estrutura interna do Mercosul (principais órgãos) .....	576
7.4.3. Circulação de pessoas no Mercosul.....	579
7.4.4. Solução de controvérsias .....	579
7.4.5. Mercosul ou OMC? .....	582
7.5. Unasul.....	584
<b>8 Contencioso internacional.....</b>	<b>589</b>
8.1. Espécies .....	589
8.2. A arbitragem internacional .....	590
8.3. Tribunais judiciais internacionais .....	593
1. Tribunal Penal Internacional.....	594
8.4. Medidas coercitivas .....	606
8.5 Guerra, aspectos jurídicos e Direito Internacional Humanitário .....	608
<b>9 Proteção internacional da pessoa humana.....</b>	<b>621</b>
9.1. Afirmação histórica dos direitos humanos.....	621
9.2. Conceito de direitos humanos (direitos humanos versus direitos fundamentais) .....	632
9.3. Características dos direitos humanos.....	635
9.4 Direito Internacional dos direitos humanos (sistemas de proteção) ....	639
9.4.1. Sistema global de proteção dos direitos humanos .....	644
9.4.2. Sistema interamericano de proteção dos direitos humanos.....	651
9.5. Desafios atuais do Direito Internacional dos direitos humanos .....	657
<b>Referências .....</b>	<b>673</b>